

CONSIDERAÇÕES CULTURAIS NO MAU TRATO

2011

Ana Filipa Madeira

Mestre em Psicologia Social pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Pós-graduada em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores, pelo ISCTE-IUL. Exerce funções de Assistente de Investigação no Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-IUL) - Portugal

E-mail:

anaf.madeira@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa criticamente vários conceitos afectos ao universo do mau trato e da cultura, distinguindo o conceito de cultura étnica e etnicidade, abordando o conceito competência cultural e explorando a importância do bairro/vizinhança no contexto da prevenção do mau trato infantil, numa perspectiva ecológica-desenvolvimentista. É meu propósito com este artigo contribuir para uma actualização e síntese da literatura empírica que se tem efectuado até à data, no âmbito da relação entre cultura e mau trato e propor linhas de investigação onde convergem os dois conceitos em estudo, em Portugal.

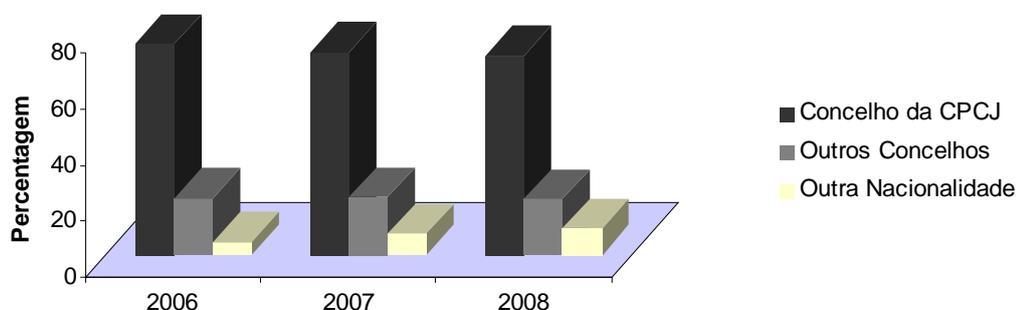
Palavras-chave: Mau trato, cultura, etnicidade, competência cultural, modelo desenvolvimentista-ecológico

De acordo com os dados reportados pelo Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CNPCJR, 2008) registou-se um aumento significativo, face aos anteriores anos, de processos instaurados, com crianças naturais dos PALOP's (67.6%) e de outros países (45.4%). Desde 2006 vem-se assistindo a um aumento progressivo de casos reportados de crianças e jovens de origem não portuguesa e a uma diminuição ligeira de crianças e jovens com naturalidade portuguesa (cf. Figura 1).

No *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*, (Torres et al., 2008) foram identificadas algumas dificuldades relativas à sensibilidade e competência cultural dos técnicos na sua forma de actuação, uma vez que estes apresentam dificuldades na compreensão do comportamento parental. Neste sentido, foram igualmente

apresentadas sugestões de forma a minimizar as dificuldades encontradas, com aposta na formação específica e aquisição de competências adequadas.

Processos Instaurados: naturalidade das crianças/jovens (2006-2008)



Adaptado de Relatórios de Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (2008), CNPCJR

Figura 1: Processos instaurados: naturalidade das crianças e jovens

A investigação científica em torno do mau trato infantil inicia-se em Portugal nos finais dos anos 80, com o aparecimento dos primeiros estudos epidemiológicos e de caracterização social da criança mal tratada. Desde então floresce literatura científica no âmbito do mau trato infantil, escasseando, não obstante, literatura especializada sobre o espectro cultural associada às diferentes formas de mau trato. É Calheiros (2006) no estudo sobre a Definição Social dos Conceitos de Mau Trato e Negligência, que aborda a importância do contexto cultural na definição do mau trato e negligência, com base nos resultados obtidos em estudos internacionais.

Definição de Mau Trato

A definição o Mau Trato foi sendo alvo de diferentes abordagens, que *per se*, pareciam ser insuficientes para explicar a complexidade do problema. O conceito de mau trato é tanto perspectivado como um problema social (Pfohl, 1977), como intrinsecamente ligado à cultura, na medida em que a própria definição de abuso está tipologicamente focada na interacção pais-filhos (Korbin, 1991). Korbin & Finkelhor (1988) foram dos primeiros autores a rever o conceito de abuso e negligência, propondo uma noção mais alargada onde houvesse espaço para considerar valores, normas e crenças culturalmente diferentes. Neste sentido propuseram a noção de mau trato como a quantidade de dano provocado à criança resultante da acção humana que é proibido, próximo e evitável. Enumeram três níveis a usar para uma formulação apropriada da definição de mau trato e negligência: (1) crenças e práticas educativas culturalmente diferentes; (2)

considerações acerca do que é comportamentalmente aceitável num *continuum* cultural (3) danos sociais para as crianças. Desta forma, para que um acto possa ser considerado mau trato, deverá ser (1) intencional; (2) socialmente inaceitável no local onde ocorre; (3) considerado abusivo em consenso internacional; (4) perpetrado por um sujeito ou por actuações governamentais, económicas e religiosas; (5) prejudicar crianças mais do que qualquer outro e (6) ser perpetrado contra uma criança considerada uma pessoa por essa sociedade.

Não obstante, surgem algumas críticas quanto à pouca sensibilidade dos pressupostos subjacentes ao acto de mau trato, de forma que Gough (1996) introduz dois conceitos de relevância: “*harm and the responsibility to harm*”. Isto é, o mau trato envolverá sempre o dano e a extensão do mesmo, e concomitantemente um responsável por esse dano, quer seja um indivíduo, grupo, instituição ou sociedade. Além disso, a responsabilidade é tanto válida para actos como para omissões que ponham em causa a protecção adequada da criança.

A atribuição da responsabilidade (avaliar se aqueles que possuam a responsabilidade parental, são ou não capazes de assegurar o bem-estar superior da criança, sem necessidade de intervenção de entidades de protecção social) nem sempre requer evidência de *intenção de dano*, isto porque a avaliação sobre a capacidade parental baseia-se, na prática, na adequação dos cuidados parentais e na existência do dano ou existência do perigo de dano (Maitra, 2004). Neste sentido, os julgamentos prematuros e emocionais dos técnicos em relação aos comportamentos dos pais, pode levar a conclusões erróneas acerca da intencionalidade do acto danoso e contribuir para uma decisão precipitada da existência do risco. Concretamente, julgamentos com base na expressividade verbal (ex: competências comunicacionais, capacidades linguísticas) e não verbal (ex: a qualidade da emoção) podem provocar enviesamentos devido às diferenças culturais de base.

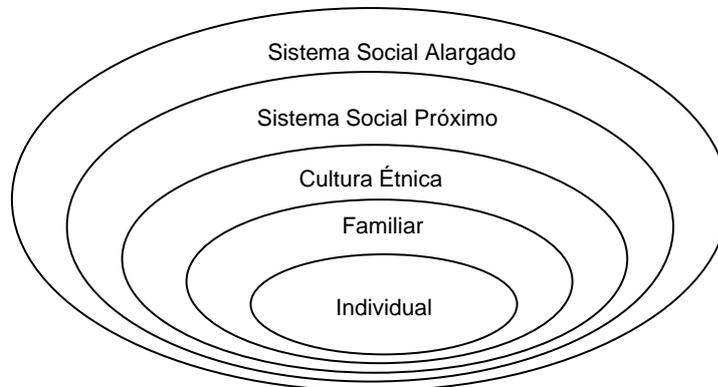
Por outro lado, a existência de um intérprete não resolve *per se*, os entraves culturais. Harkness e Super (1996) vem mencionar a necessidade de entendermos o sistema de crenças culturais, onde se inscreve o entendimento sobre a natureza da criança, o noção de desenvolvimento infantil e significado atribuído ao comportamento e o que deve ser feito para resolver os problemas comportamentais. Tirosh, Chechter, Cohen e Jaffe (2004), procuraram saber se as atitudes dos médicos acerca da punição corporal estariam relacionadas com seu sexo, idade, estatuto parental e bagagem cultural. Os resultados obtidos indicaram que as diferenças significativas encontradas entre a bagagem cultural dos médicos e a sua tolerância face à punição, reflectem a tolerância específica de cada cultura em relação à punição corporal. Inevitavelmente as crenças sobre desenvolvimento infantil e educação estão associadas ao bagagem cultural de cada indivíduo.

Cultura Étnica

A cultura é composta por um conjunto de crenças, atitudes, valores e comportamentos-padrão transmitidos de geração em geração. A cultura define aquilo que é natural e esperado num determinado grupo e tem impacto na forma como vemos e nos relacionamos com os nossos e com os outros (Fontes, 2008).

A cultura étnica inclui linguagem, forma de vestir, comida, estilos de comunicação, noção de bem-estar, técnicas medicinais, padrões de educação e identidade (Abney, 2002). A cultura étnica define a noção de exo e endogrupo, aquilo que distingue o “nós” e os “outros”. Aqueles que possuem traços fisicamente distintos do grupo maioritário, são designados “minorias visíveis” (Fontes, 2005), e tendem a valorizar a sua identidade étnica.

Contudo, as culturas étnicas não são estáticas, ao invés, expandem-se e evoluem à medida que são influenciadas pela história e pela homogeneização resultado da globalização. Por outro lado, a polinização de culturas trazida pelas migrações vem introduzir na literatura mais recente o conceito de identidade étnica e os diferentes níveis de identificação étnica no estudo sobre o mau trato e novas formas de sinalização e intervenção (Korbin, 2002; Parke, 2004; Plummer & Njajuna, 2009; Ibanez, Borrego, Pemberton & Terão, 2006).



Adaptado de Fontes (2005)

Figura 2: Perspectiva ecossistémica sobre o mau trato infantil

Etnicidade

A etnicidade tem sido abordada desde uma perspectiva explicativa do mau trato. Vários têm sido os estudos que sugerem diferenças entre os grupos étnicos, naquilo que consideram ser mau trato, contudo, são em número limitado os estudos que investigaram factores culturais associados à etnicidade (Ibanez, Borrego, Pemberton & Terão, 2006).

Alvidrez, Azocar e Miranda (1996) referem que a etnicidade não deve ser usada como uma variável explicativa, antes, devem ser incluídos constructos como grau de identidade étnica, para que passe a ser conceptualizada como uma variável “proximal” ou “distal” que interage com outras variáveis proximais. Phinney (1996) acrescenta que a importância psicológica da etnicidade é acrescida por factores como valores culturais, atitudes, comportamentos, identidade étnica e experiências associadas ao estatuto minoritário. De acordo a autora, a identidade étnica é definida como uma variável dimensional que mede a força da identificação étnica do grupo. Para avaliar a etnicidade é necessário investigar de que forma a identidade étnica de um indivíduo influencia os seus próprios julgamentos durante um processo de avaliação/sinalização de mau trato de uma criança da mesma/diferente etnia. Especificamente, um profissional com elevado nível de identificação étnica poderá usar inconscientemente a etnicidade da criança como âncora do seu juízo de avaliação. Neste sentido, é provável que alguns indivíduos coloquem uma grande ênfase em características de crianças que são semelhantes às suas (ex: etnicidade).

Nesta linha de pensamento, Ibanez, Borrego, Pemberton e Terão (2006) procuram estudar de que forma a etnicidade dos respondentes e a aceitabilidade da punição afectavam a tendência para reportar situações de abuso físico. Os resultados alcançados indicam que as minorias étnicas não partilham necessariamente valores culturais semelhantes e podem diferir no seu grau de aderência a determinadas variáveis culturais, e que, nesse sentido, para perceber a relação entre etnicidade e sinalização é necessário especificar as variáveis culturalmente relevantes. Não obstante, os resultados encontrados indicam que a variável etnicidade influencia a sinalização de situações de abuso físico. Na população afro-americana estudada a etnicidade foi um forte preditor quando o respondente e a criança pertenciam à mesma etnia/raça, não se verificando o mesmo para os hispano-americanos e caucasianos. Por outro lado, verificaram também a associação entre aceitabilidade de punição física e sinalização de situação mau trato físico – aqueles que possuem uma maior aceitabilidade tendencialmente sinalizam menos.

Os autores sugerem que os factores culturais serão melhor compreendidos quando conceptualizada a etnicidade como variável distal e quando investigadas outras variáveis proximais relacionadas com a etnicidade. Esta visão é partilhada por Korbin (2002) quando esta se refere à necessidade de “*unpacking the elements of culture*” (p.639), acrescentado a ideia de que é necessário considerar também a variabilidade intracultural.

Compreender a cultura no seu contexto: a importância da Comunidade

Actualmente, grande parte do trabalho na área do Mau Trato é orientada por um modelo desenvolvimentista-ecológico (Belsky, 1980; Cicchetti & Lynch, 1993; Garbarino, 1977; *cit in* Korbin 2002)) seguindo a linha de pensamento e modelo desenvolvidos por Bronfenbrenner (1979) no âmbito do seu modelo sócio-ecológico.

Os últimos desenvolvimentos empíricos trazem à mesa de trabalhos a importância da comunidade enquanto factor de protecção (Korbin 2002; Parke, 2004; Plummer & Njuguna, 2009). O interesse pelo estudo da comunidade tem sido referido e sugerido nas sucessivas políticas de protecção à infância. O conceito de bairro compreende por norma uma determinada zona geográfica, delimitada por código postal ou áreas que partilham características semelhantes, contudo, o conceito de comunidade não é necessariamente geográfico e integra pessoas que se vem a si próprias como partilhando a mesma área geográfica, ideologia ou interesses e objectivos comuns.

Na senda da perspectiva ecológica – individuo – família – comunidade – sociedade, alguns investigadores debruçam-se sobre os factores de risco e protecção. Num estudo sobre o risco de ocorrência de abuso sexual em África do Sul, Petersen et al. (2005) sugerem que influências distais, tendo como exemplo os valores da comunidade, são tão importantes como variáveis proximais, tais como factores individuais e familiares. Triandis (1995) amplia esta perspectiva ao considerar que uma o tipo de sociedade - colectivista ou individualista - vai nortear o sistema de valores, as relações, a responsabilidade, as escolhas, atitudes, conflitos entre os indivíduos.

Um dos problemas centrais sobre o estudo sobre a relação entre mau trato e comunidade prende-se com a falta de consistência na operacionalização deste conceito (Plummer & Njuguna, 2009). Na cultura ocidental a comunidade é uma afiliação de pessoas que vivem na proximidade, de parques e serviços comunitários partilhados, enquanto que nas culturas não ocidentais a definição de comunidade define-se em relação ao parentesco e filiação a outro grupo social. Por outro lado, investigadores desta área divergem na sua área de intervenção: aqueles que se debruçam sobre os diferentes níveis de intervenção comunitária discutem as características dos bairros, tais como elevada taxa de crime e falta de coesão, outros focam-se nas redes primárias de suporte social (Korbin, 2002).

Plummer & Njuguna (2009) procuram explorar as perspectivas sobre os riscos e factores de protecção culturais entre profissionais no Quénia (cf. Figura 3).

Factores de Protecção	Factores de Risco
Nível Individual	Nível Individual
Modéstia	Divórcio, sem abrigo, órfão com sida
Nível Familiar	
Estrutura familiar	
Orientação e Supervisão	
Religião ou referência a Fé	

Nível Grupal	Nível Grupal
Valor atribuído à criança	Papéis de género
Tabus sobre género e sexo	Patriarcado
Importância da Virgindade	Cultura do silêncio
	Normas sexuais
	Papel da criança
	Factores externos
	Influências estrangeiras
	Mudanças sociais
	Pobreza

Adaptado de Plummer & Njuguna (2009)

Figura 3: Considerações individuais, familiares e culturais sobre factores de risco e de protecção no Quénia

A tabela acima descrita, serve aqui o propósito de ilustrar, como são culturalmente revestidas as concepções e realidades de cada indivíduo/sociedade. Os resultados demonstram que a simples adequação de políticas ocidentais não se coaduna com a realidade queniana existente. Fazendo a ponte para comunidades de origem não ocidental, residentes em países ocidentais, podemos dizer que um programa de intervenção será mais eficaz quando se basear no respeito por ambas as culturas. Se um profissional não tiver ideias claras sobre quais são os factores de risco e de protecção num contexto culturalmente específico, estará a trabalhar num plano teórico, longe da realidade actual.

As famílias têm-se tornado cada vez mais diversificadas devido aos novos padrões de imigração e aculturação o que implica inevitavelmente uma prioridade crescente na elaboração de programas culturalmente mais sensitivo, com políticas a favor das crianças e das famílias (Parke, 2004). É neste extensão que surge o conceito de comunidade e conceito de factor de protecção onde, se esboçam políticas preventivas do mau trato e de intervenção comunitária alargada. As políticas de protecção infantil que contemplam intervenção local, no bairro, foram concebidas como plataforma de alcance para a competência cultural. No entanto, os processos e os mecanismos claros pelos quais o *bairro* e o *mau trato* estão relacionados permanecem imprecisos (Korbin, 2002). A compreensão dos valores culturais e normas devem nortear tanto as actividades de protecção à infância como utilizar os pontos fortes culturais e líderes da comunidade como componentes centrais para as intervenções com práticas de empoderamento (Plummer & Njuguna (2009).

Competência cultural

No âmbito do mau trato e cultura alguns artigos têm dedicado pequenos capítulos às competências culturais dos técnicos (Korbin, 2002; Maitra, 2005; Parke, 2004; Miranda *et al*, 2005). Korbin (2002) enumera algumas razões para a necessidade crescente de especialização do corpo técnico para as questões culturais: (1) as tendências demográficas exigem elevados níveis de aptidão cultural (tendências estas verificadas também em Portugal; (2) existem dados suficientemente expressivos relatando disparidades no acesso aos cuidados de saúde mental, que exige uma atenção culturalmente competente e (3) existe algum suporte empírico indicando que as crianças maltratadas de cor podem sofrer consequências mais graves de abuso e negligência em comparação com a maioria.

Considerações metodológicas

No último ponto, antes de avançar para as conclusões, é necessário fazer referência às questões metodológicas implicadas no estudo do Mau trato e Cultura

Recentemente, o foco das minorias étnicas deslocou-se dos resultados obtidos entre maioria e minoria étnica em direção a uma compreensão das estratégias adaptativas das minorias étnicas em resposta à influências culturais sobre o seu desenvolvimento exercidas tanto pela maioria como minoria. Este novo paradigma (1) reconhece o valor da análise intragrupal envolvendo um único grupo minoritário, como legítima estratégia de investigação e (2) coloca ênfase no processo que pode influenciar os resultados obtidos em diferentes crianças, dentro do mesmo grupo (Parke, 2004).

Os desafios futuros passam por: obter amostra representativas de cada grupo minoritário, por forma a proporcionar uma compreensão dos pontos fortes e fracos de cada cultura; ter em conta a “validade interpretativa” (Parke, 2004) ou a certeza de que a nossa interpretação do comportamento e expressões são consistentes com as suas interpretações.

Por seu lado Korbin (2002) vem reforçar a ideia da necessidade de uma metodologia mista. Vários métodos têm sido aplicados (inquéritos, etnográficos, vinhetas, grupos focais, estudos clínicos), contudo, salvo raras exceções, isoladamente. A mesma autora defende que a cultura deve ser considerada um “*must have*” tal como já o são a idade, género e estatuto socioeconómico, referindo que a não inclusão desta variável e estudos no passado, impossibilitou a compreensão de como a cultura está relacionada com o mau trato.

Conclusões

Os estudos reportados ao longo deste artigo indicam que vários esforços têm sido progressivamente realizados em direcção a uma compreensão mais alargada do conceito de mau trato e sua relação com a cultura étnica.

Os vários dados internacionais demonstram a necessidade de políticas de prevenção culturalmente adequadas e aquisição de competências profissionais culturais.

Em Portugal, esta realidade está ainda longe do nosso alcance e muito trabalho empírico existe ainda por fazer. No entanto, os dados de inquérito descritos no relatório da CPCJ relativo ao ano de 2008, deixam transparecer a premência de compreender melhor esta realidade em Portugal.

Neste sentido, são deixadas algumas sugestões para uma maior compreensão e conhecimento da problemática: (1) fazer estudos comparativos de prevalência e incidência de caso de mau trato sinalizados, entre os diferentes grupos étnicos; (2) elaborar análises exploratórias dentro de cada grupo étnico, sobre a sua concepção de mau trato, educação parental e conceito de criança e família; (3) identificar factores de risco e de protecção dentro da comunidades /grupos étnicos existentes em Portugal; analisar a influência de diferentes factores culturais, valores, estereótipos, atitudes e nível de identidade étnica e (4) analisar a percepção da qualidade dos diferentes grupos de minorias étnicas ao acesso a serviços de saúde mental

BIBLIOGRAFIA

Abney, V.D. (2002). Cultural Competency in the Field of Child Maltreatment. In Myers, J. et al. (Eds.), *The APSAC Handbook on Child Maltreatment* (pp. 409–419).

Alvidrez J., Azocar F. & Miranda J. (1996). Demystifying the concept of ethnicity for psychotherapy researchers. *J Consult Clin Psychol.*, 64, 903-8.

Arpana G. Inman, Erin E. Howard, Robin L. Beaumont, Jessica A. Walker (2007) Cultural Transmission: Influence of Contextual Factors in Asian Indian Immigrant Parents' Experiences. *Journal of Counseling Psychology*, 54(1). pp. 93-100.

Cicchetti D & Toth S. (2005). Child maltreatment. *Annual Review Psychology*. pp 409-438

CNPCJR (2008). Relatórios de Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Retirado de www.cnpcjr.pt, a 15 Novembro de 2009.

Douglas E. (2006). Familial Violence Socialization in Childhood and later life approval of cultural punishment: a cross cultural perspective. *American Journal of Orthopsychiatry*, vol.76. pp 23-30.

Douglas, E. (2006) Familial Violence Socialization in Childhood and Later Life Approval of Corporal Punishment: A Cross-Cultural Perspective *American Journal of Orthopsychiatry*, 76(1),pp 23-30.

Durrant J. (2008). Pshysical Punishment, Culture and Rights: Current issues to professionals. *Journal of Developmental & Behavioural Paediatrics*, vol. 29.

Finkelhor, D. & Korbin, J. (1988). Child Abuse as an International Issue. *Child Abuse and Neglect*, 12, 3-23.

Fontes L. (2005). Child Abuse and Culture. The Guilford Press.

Gough, D. (1996). Defining the problem: Invited commentary. *Child abuse and Neglect*, 20, 993-1002.

Harkness, S., & Super, C. M. (1996). *Parents' cultural belief systems: Their origins, expressions, and consequences*. New York: Guilford.

Ibanez E., Borrego J., Pemberton J. & Terao S. (2006). Cultural factors in decision-making about child physical abuse: Identifying reporter characteristics influencing reporting tendencies. *Child abuse and Neglect* vol.30, 1365-1379.

Katherine E. & Urquiza A. (2006). Ethnicity, Culture and child maltreatment. *Journal of Social Issues*, 62.

Kenny M & McEachern A. (2000). Racial, Ethnic and cultural factors of childhood sexual abuse: a selected review of the literature. *Annual Clinical Psychology Review*. Vol. 20. 905-922.

Korbin, J. (2002). Culture and child maltreatment: cultural competence and beyond. *Child Abuse and Neglect*, 26, 637-644.

Korbin, J. E. (1991). Cross-cultural perspectives and research directions for the 21st century. *Child Abuse and Neglect*, 15, 67-77.

Maitra, B. (2005) Culture and Child Protection. *Current Paediatrics*, 15, pp 253-259.

Malley K. & Hines D. (2004). Family violence in a cultural perspective: defining, understanding and combating abuse. Sage publications. Thousand oaks, California.

Miranda J., Bernal G., Lau A., Kohn L., Hwang W. & LaFramboise T. (2005). State of the Science on Psychosocial interventions for Ethnic Minorities. *Annual Clinical Psychology Review*, 1, 113-142.

Parke R (2004). Development in the Family. *Annual Review Psychology*. pp 365-399.

Petersen L. Bhana, A. & McKay, M (2005) Sexual violence and Youth in South Africa: The need for community based prevention intervention. *Child Abuse and Neglect*, 29, 1233-1248.

Pfohl, S. (1977). The discovery of child abuse. *Social Problems*, 24, 310-23.

Phinney, J. (1996). When we talk about American ethnic groups, what do we mean?. *American Psychologist*, 51, 918-927.

Pierce L. & Bozalek V. (2004). Child abuse in South Africa: an examination of how child abuse and neglect are defined. *Child Abuse and Neglect*, 28, 817-832.

Plummer C. & Njugua W. (2009). Cultural protective and risk factors: professional perspectives about child sexual abuse in Kenya. *Child Abuse and Neglect*, 3, 524-532.

Terao S. , Borrego J., Urquiza, A. (2001). A Reporting and Response Model for Culture and Child Maltreatment. *Child Maltreatment*, 6(2), 158-168.

Torres, A. (coord.), Pegado, E., Hilário, A., Cruz, R., Penha, A. Freitas, A., Sousa, I. e Sarmiento, M. (2008), *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens: Relatório Final*. Lisboa (policopiado).

Triandis, H. C. (1995). Individualism and collectivism. Boulder, CO: Westview Press.